



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150397 - MT (2021/0219748-0)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
RECORRENTE : **FABIO APARECIDO MARQUES DO NASCIMENTO**
ADVOGADOS : **ARTUR BARROS FREITAS OSTI - MT018335**
 LEONARDO DO PRADO GAMA - MT026127
RECORRIDO : **MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**
CORRÉU : **THIAGO ANDRADE CELESTINO**
CORRÉU : **GLEISON DA CRUZ PEREIRA**
CORRÉU : **THAIS SENA DE MORAIS**
CORRÉU : **THAMER SOUZA PEREIRA**

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FABIO APARECIDO MARQUES DO NASCIMENTO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (HC n. 1008569-58.2021.8.11.0000).

O recorrente foi denunciado como incurso no art. 2º, da Lei n. 12.850/13, c/c os arts. 1º, § 1º, II, e § 4º, da Lei n. 9.613/98 e 29 do Código Penal, nos termos do art. 69 do CP.

Sustenta a ocorrência de litispendência em razão da "duplicidade da acusação vertida na Ação Penal n. 31526-46.2018.811.0042, Código n. 540068, em trâmite perante a 7ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá, com aquela que embasou a sentença condenatória prolatada na Ação Penal nº. 5281-13.2018.811.0037, Código n. 212571, que tramitou perante a Vara Criminal de Primavera do Leste" (e-STJ fl. 365).

Alega que "a própria exordial acusatória ofertada no bojo da Ação Penal nº. 31526-46.2018.811.0042, Código, 540068, a pretexto do uso de prova compartilhada, faz expressa remissão ao conteúdo da denominada "Operação Insurgentes" sem, contudo, esclarecer que os fatos apurados na referida Operação deram origem a Ação Penal nº. 5281-13.2018.811.0037, Código 212571, que tramitou perante a Vara Criminal de Primavera do Leste" (e-STJ fl. 367).

Afirma ser "indiscutível a caracterização de duplo processamento, por fato idêntico, ensejador da imperiosa incidência da regra do non bis in idem em favor do paciente/recorrente, já processado e sentenciado pela suposta prática criminosa que lhe foi imputada no bojo da Ação Penal n. 31526-46.2018.811.0042, Código, 540068" (e-STJ

fl. 369).

Requer, liminarmente, a suspensão do andamento da Ação Penal n. 31526-46.2018.811.0042, Código 540068, em trâmite perante a 7ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá, até julgamento definitivo deste *writ*. No mérito, pugna pelo provimento do recurso para que o processo seja trancado, confirmando-se a medida de urgência.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente